

RESENHA

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia da estagnação. Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós 1994. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 325.

Leandro Bruno Santos¹

Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor titular da FGV-SP e autor de vários livros e artigos que versam sobre a economia brasileira, faz uma crítica à adoção de uma política econômica de juros altos, de câmbio valorizado, de desenvolvimento com poupança externa e de metas de inflação. A idéia imanente à obra é que a quase-estagnação da economia brasileira decorre das perdas da idéia de nação e do controle da taxa de câmbio. A retomada do desenvolvimento econômico será possível a partir de um novo desenvolvimentismo, cujas bases serão o não à política econômica existente e uma aliança nacional visando à reconstrução da nação.

O livro é composto de onze capítulos. Nos três primeiros, examina a desigualdade social, a perda da idéia de Nação e a falta de reformas institucionais como sendo causas das dificuldades que a economia brasileira enfrenta, mas não como os principais responsáveis pela estagnação. Entre o quarto e o oitavo capítulo discute as causas mais diretas da estagnação da economia brasileira, analisando os preços macroeconômicos - taxa de câmbio, juros e inflação. Do nono ao décimo primeiro capítulo apresenta o sistema econômico perverso no qual a sociedade brasileira está inserida e as possibilidades de um acordo nacional pró-desenvolvimento e fortalecimento da Nação.

No primeiro capítulo, Quase-estagnação, mostra que o Brasil, após a inércia inflacionária e crises fiscal e da dívida externa entre 1980 e 1994 - problemas enfrentados por meio da desvalorização cambial, da reforma financeira, da renegociação da dívida, da abertura comercial e da implantação do Plano Real, tinha todas as condições para retomar o desenvolvimento econômico. Não obstante, o Brasil seguiu as recomendações dos países ricos (EUA) de crescer com poupança externa, realizar reformas para o mercado e combater a inflação. Essa política macroeconômica, perversa e marcada pelas elevadas taxas de juros e apreciação do câmbio, logrou um crescimento do PIB per capita, entre 1996 e 2005, menor do que os países latino-americanos e dos países da OCDE, causando a instabilidade macroeconômica e uma quase-estagnação.

Em Nação e desigualdade, segundo capítulo, salienta que a adoção de políticas econômicas restritivas e a quase-estagnação ocorrem devido a uma condicionante estrutural, que é a desigualdade social, e uma condicionante cultural, que é a alienação das elites brasileiras. Nos anos 1980, com a crise econômica, a sociedade brasileira, cindida entre ricos e pobres e uma elite sujeita à dependência cultural, não foi capaz de responder à crise, sujeitando-se às recomendações do Norte e à desconstrução da Nação. A desigualdade social fez com que os políticos, para se elegerem, abusassem do populismo fiscal, enquanto as recomendações da ortodoxia convencional impunham o país à semi-estagnação.

No terceiro capítulo, Reformas e instituições, ataca os pressupostos ortodoxos de que o crescimento econômico não tem ocorrido no Brasil devido à falta de reformas e de inadequação das instituições. Argumenta que a instabilidade macroeconômica, por ser um problema de curto prazo, deve ser atacada por políticas de curto prazo – ajuste fiscal, juros e câmbio, uma vez que as reformas institucionais são políticas de longo prazo. Aliás, as reformas pró-mercado, como a tributária, a previdenciária, a lei de falências, seguidas à risca pelo Brasil e demais países latino-americanos, não se materializaram em desenvolvimento.

Em Câmbio e poupança externa, quarto capítulo, defende a premência da administração da taxa de câmbio em países de renda média. Países que têm as suas exportações baseadas, prevalentemente, em recursos naturais e em mão-de-obra barata, como o Brasil, precisam administrar a taxa de câmbio contra o problema da doença holandesa, cuja consequência é a apreciação do câmbio ao nível da competitividade das commodities,

¹ Doutorando do programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente. E-mail: leandrobrunogeo@hotmail.com

causando prejuízos aos setores com maior valor adicionado. Todavia, a maior causa da diminuição do câmbio é a entrada na globalização financeira, com a abertura da conta de capitais e com a busca de poupança externa. Essas duas políticas têm, assim como a teoria das vantagens comparativas, fragilizado os países de renda média, pois, ao apreciarem o câmbio, diminuem a concorrência contra os países desenvolvidos e aumentam os lucros que as multinacionais repatriam. Aos países de renda média restam, apenas, a crise no balanço de pagamentos e, no limite, a moratória.

No quinto capítulo, Substituição de poupanças, esclarece que, a partir de 1995, no governo de FHC, a opção de crescer com poupança externa causou a apreciação cambial e a elevação da dívida externa, além de não contribuir para o aumento dos investimentos. Essa estratégia neutralizou o desenvolvimento por meio de três processos: substituição da poupança interna pela externa; endividamento e fragilização financeira; crise no balanço de pagamentos. Em 1999, a crise no balanço de pagamentos exigiu a desvalorização e a flexibilização do câmbio, cujo resultado foi o superávit em conta corrente, aumento das exportações e substituição da poupança externa pela interna. A partir de seus achados, afirma que a quase-estagnação da economia brasileira desde 1980 é porque, depois de lograr a industrialização com poupança interna, o país optou por crescer com poupança externa.

No sexto capítulo, Desequilíbrio fiscal, ataca os pressupostos da ortodoxia convencional de que o desequilíbrio fiscal é o principal responsável pelos juros altos. Argumenta que o imbróglio dos juros não pode ser explicado, apenas, pelos gastos sociais, tampouco pela captura do Estado por corruptos. Os juros altos são, na verdade, a principal causa do desequilíbrio fiscal, e interessam somente aos rentistas, que recebem recursos da sociedade como um todo. O superávit primário que vem sendo obtido pelo governo, além de diminuir os investimentos públicos em áreas sociais importantes, não soluciona o problema da dívida pública. O principal problema é a incidência de altos juros sobre a dívida, correspondendo a 7% do PIB e 20% da receita do Estado, e não os gastos sociais.

No sétimo capítulo, Taxas de juros, desqualifica as pseudoargumentações sobre os porquês dos juros altos: i) devido à taxa de risco – Brasil; ii) aumento da taxa para aumentar a poupança brasileira; iii) faltam reformas; iv) problema fiscal. O que realmente onera a dívida pública são os juros altos, pois a maior parte dos títulos da dívida pública brasileira, em vez de juros de longo prazo (Risco-Brasil), está indexada pelos juros de curto prazo, a Selic. A armadilha na qual a economia brasileira se encontra, presa às altas taxas de juros e à apreciação do câmbio, interessa apenas aos rentistas, ao setor financeiro, às multinacionais e ao hegemon (EUA) que, com o seu poder ideológico, impõe o seu confidence building.

Em Metas de inflação, oitavo capítulo, mostra que o Governo, depois de perder o controle sobre as taxas de câmbio, pôs em prática uma política de metas de inflação, sem antes encarar o maior obstáculo à estabilidade macroeconômica e ao desenvolvimento: a alta taxa de juros e o câmbio apreciado. Isso ocorre porque a inflação, após anos de inércia inflacionária e o sucesso do Plano Real, foi eleita o principal problema a ser enfrentado, sendo a taxa de juros alta o instrumento de combate.

Em Modelo macroeconômico, nono capítulo, apresenta uma síntese do perverso sistema macroeconômico que se configurou no país desde 1994, sendo os juros altos e a baixa taxa de câmbio os responsáveis pela inviabilidade na elevação da taxa de acumulação e pela retomada do crescimento econômico. O país se encontra preso na armadilha dos juros altos e do câmbio, que pode ser representada desta forma: Banco central reduz os juros → deprecia o câmbio → aumenta a inflação → o Banco Central, por causa de suas metas de inflação, eleva novamente as taxas de juros. Essa política é ineficiente para combater a inflação e responsável pelo aumento do déficit público, na medida em que usa como principal arma o aumento das taxas de juros. Devido a essa armadilha, o crescimento econômico do Brasil tem sido caracterizado, metaforicamente, de “vôo de galinha”, pois logo que a economia levanta vôo, volta a cair.

No décimo capítulo, Coalizões políticas, mostra que o Brasil logrou o desenvolvimento devido a três coalizões políticas: Pacto Nacional Desenvolvimentista (1930-1960), Pacto Burocrático Autoritário (1964-1977) e pelo Pacto Popular Democrático (1985-1989). Com o fracasso do Plano Cruzado e Collor eleito presidente do país, o Pacto Popular Democrático é substituído pelo Pacto Liberal-Dependente, cuja coalizão é formada por rentistas, pelo setor financeiro, pelos países do norte e suas multinacionais e por uma classe média profissional (principalmente fora do aparelho do Estado). O instrumento ideológico desse novo pacto é a ortodoxia convencional, que atribui o populismo fiscal como responsável pelos juros altos e baixo crescimento, isto é, que o Estado é o principal inimigo dos empresários

industriais, que estão fora, pela primeira vez, da coalizão. É, na verdade, uma estratégia de dividir a Nação para reinar.

Com o fracasso do Pacto Liberal-Dependente, a Nação brasileira dá sinais de que pode ser reconstruída com a mudança de posição dos industriais (criticando a alta taxa de juros e o câmbio valorizado), com a mídia divulgando o impacto dos juros altos sobre o orçamento e sobre o pífio crescimento econômico e com a redescoberta da identidade nacional e Nação pelos intelectuais. É essencial, então, para um acordo nacional e para a retomada do desenvolvimento, uma aliança entre Estado, empresários industriais, classe média dos trabalhadores e profissional e os trabalhadores.

Em Novo desenvolvimentismo, último capítulo, defende que, além da ortodoxia convencional e do populismo da velha esquerda, a alternativa para o Brasil é o novo-desenvolvimentismo. Essa terceira alternativa difere do desenvolvimentismo dos anos 1950 porque: i) defende o papel do Estado em fazer poupança forçada para investir em setores estratégicos, mas reconhece que a iniciativa privada tem recursos e capacidade empresarial para investir; ii) o Estado não deve ser protecionista, pois deve estimular as empresas a exportar; iii) defende a não complacência com a inflação. Ao mesmo tempo, o novo-desenvolvimentismo difere dos pressupostos da ortodoxia convencional, pois: i) não acredita fielmente no mercado; ii) a estabilidade macroeconômica será lograda com a redução das taxas de juros e do câmbio; iii) defende a reforma das instituições para o fortalecimento Estado, e não o contrário.

O novo-desenvolvimentismo constitui-se numa estratégia nacional de desenvolvimento que tem como objetivo rejeitar as propostas dos países ricos e desenvolver a economia, que está estagnada há anos. Porém, serão necessárias duas estratégias. Primeiro, no âmbito econômico, reduzir a taxa de juros, elevar a taxa de câmbio, desvincular a taxa de juros de curto prazo daquela que remunera os títulos do tesouro, desindexar os preços das empresas nos serviços públicos, realizar o ajuste fiscal. Segundo, no âmbito político e social, uma aliança nacional pró-desenvolvimento, cuja base seja formada por empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais, que vise reconstruir a Nação.

A obra de Bresser-Pereira traz um sopro de oxigênio àqueles que acreditam que existe uma alternativa de desenvolvimento econômico para o Brasil. Além da crítica à ortodoxia convencional e de seus pressupostos, cujo objetivo é “chutar a escada” dos países em desenvolvimento, o mérito do autor é o de decifrar as causas da estagnação econômica que assola o país e de propor uma estratégia de desenvolvimento nacional.